Questões migratórias na América do Norte e Central

Cuestiones migratorias en América del Norte y Central

Migration issues in North and Central America

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta dois temas relacionados à saúde e à migração nas Américas. Primeiro, o informe comenta sobre as recentes denúncias dos impactos da política migratória estadunidense sobre a saúde de mulheres gestantes sob custódia do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE). De acordo com organizações de direitos humanos atuantes no local, foram relatados casos de privação de cuidados médicos, ausência de acompanhamento de pré-natal, alimentação inadequada entre outras formas de violência. Em seguida, será apresentado o resumo do documento Migración y Salud, elaborado em 2026 pelo Conselho Nacional de População do governo mexicano. A publicação reúne diversos estudos sobre diferentes dimensões da relação entre mobilidade humana e saúde, apontando os principais desafios institucionais e recomendações, especialmente relevantes diante do novo contexto geopolítico e das políticas migratórias estadunidenses.

Palavras-chave: Migrações; Saúde; Saúde materna; México; EUA

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta dos temas relacionados con la salud y la migración en las Américas. En primer lugar, el informe aborda las recientes denuncias sobre los impactos de la política migratoria estadounidense en la salud de las mujeres embarazadas bajo custodia del Servicio de Inmigración y Control de Aduanas (ICE). Según organizaciones de derechos humanos que trabajan en el lugar, se han reportado casos de privación de atención médica, falta de seguimiento prenatal y alimentación inadecuada, entre otras formas de violencia. A continuación, se presentará el resumen del documento «Migración y Salud», elaborado en 2026 por el Consejo Nacional de Población del gobierno mexicano. La publicación reúne diversos estudios sobre diferentes dimensiones de la relación entre la movilidad humana y la salud, señalando los principales desafíos institucionales y recomendaciones, especialmente relevantes ante el nuevo contexto geopolítico y las políticas migratorias estadounidenses.*

Palabras clave*: Migraciones; Salud; Salud materna; México; EE. UU.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health presents two themes related to health and migration in the Americas. First, it discusses the recent reports of the impacts of the United States migration policies to the health of pregnant women under custody of the Immigration and Customs Enforcement (ICE). According to human rights organizations, there were cases of withholding access to healthcare, lack of prenatal care, inadequate feeding and other forms of violence. Secondly, a synthesis of the document Migración y Salud, published in 2026 by the National Population Council of the Mexican government, will be presented. The publication reunites several studies on different dimensions of the relationship*

between human mobility and health, pointing out the main institutional challenges and recommendations, especially relevant considering the new geopolitical context and US migration policies.

***Keywords**: Migration; Health; Maternal care; Mexico; USA*

Detenção e maternidade: organizações denunciam impactos das políticas migratórias sobre gestantes nos Estados Unidos

As condições enfrentadas por mulheres migrantes sob custódia do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas dos Estados Unidos (Immigration and Customs Enforcement - ICE) têm sido alvo de denúncias por organizações de direitos humanos. Em carta encaminhada à agência e a comissões do Senado norte-americano, entidades como a União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU) relataram casos recorrentes de abusos, negligência médica e tratamento degradante direcionados a mulheres gestantes detidas em centros de migração1.

Segundo o documento, diversas mulheres teriam sido submetidas a condições incompatíveis com padrões mínimos de cuidado e dignidade humana. Entre as denúncias destacam-se relatos de gestantes algemadas durante abortos espontâneos, privação de atendimento médico adequado, isolamento em confinamento solitário, oferta de alimentação de baixa qualidade e ausência de acompanhamento pré-natal, incluindo a falta de acesso a vitaminas essenciais durante a gravidez. Para Eunice Cho, advogada sênior da ACLU, os casos documentados representam apenas uma fração de um problema mais amplo. De acordo com a jurista, muitas mulheres relatam pedidos urgentes de assistência médica básica que são sistematicamente ignorados pelas autoridades responsáveis1.

Diante desse cenário, as organizações signatárias reivindicam que a ICE identifique e liberte todas as mulheres grávidas atualmente sob custódia, além de interromper a detenção de gestantes, puérperas e lactantes. A recomendação está alinhada a uma diretriz federal ainda em vigor, embora sua aplicação seja considerada limitada pelas entidades1.

Em posicionamentos anteriores, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS) rejeitou as acusações, sustentando que os centros de detenção administrados pela ICE oferecem alimentação adequada, atendimento médico e acesso a assistência jurídica e contato familiar. Contudo, as organizações de direitos humanos argumentam que o número de mulheres grávidas mantidas em detenção tem aumentado em decorrência do endurecimento das políticas migratórias. Para esses grupos, o atual contexto caracteriza-se pela permanência prolongada e imprevisível em centros de detenção, situação que produz impactos profundos e duradouros sobre a saúde física e mental das mulheres afetadas1.

Entre Fronteiras e Cuidados: Estudos sobre Saúde, Migração e Proteção Social na Edição 2026 de Migration and Health

A edição de 2026 do *Migration and Health*, uma publicação do Conselho Nacional de População do governo do México, apresenta 8 estudos que, coletivamente, abordam o acesso à saúde no México e nos Estados Unidos. O documento discute a relação entre mobilidade humana e acesso à saúde, reunindo estudos que analisam diferentes dimensões das experiências migratórias na América do Norte e na América Latina. Em conjunto, os textos evidenciam como fatores estruturais, econômicos, institucionais e sociais influenciam as condições de saúde das populações migrantes e ampliam seus processos de vulnerabilização2.

O Capítulo 1 aborda o acesso aos serviços de saúde e à saúde sexual e reprodutiva entre jovens de 18 a 29 anos em situação de mobilidade internacional. A análise demonstra que adolescentes e jovens migrantes enfrentam diversas barreiras para obter atendimento adequado, incluindo dificuldades administrativas, limitações econômicas e obstáculos relacionados à condição migratória. O estudo ressalta que tais restrições comprometem o acesso à informação, à prevenção e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, tornando esse grupo mais vulnerável a situações de risco e exclusão sanitária2.

Ao entrar no capítulo 2, analisa-se a cobertura de seguros de saúde e as barreiras de acesso aos serviços médicos entre migrantes mexicanos e hispânicos residentes nos Estados Unidos. Os autores evidenciam que a ausência de cobertura médica continua sendo um dos principais fatores de exclusão no sistema de saúde, dificultando o acesso a tratamentos, consultas e ações preventivas. O capítulo demonstra que aspectos como status migratório, condições de trabalho, renda e desigualdades estruturais desempenham papel decisivo na garantia ou na restrição dos direitos à saúde dessa população2.

No Capítulo 3, observa-se o crescimento da demanda por atendimento obstétrico hospitalar de mulheres latino-americanas e caribenhas no estado de Chiapas, no sul do México, entre 2010 e 2024. O estudo mostra que o aumento dos fluxos migratórios intensificou a procura por serviços maternos e obstétricos, gerando novos desafios para os sistemas de saúde locais. A pesquisa destaca a necessidade de ampliar a capacidade de atendimento e de desenvolver estratégias que assegurem cuidados adequados e humanizados às gestantes migrantes2.

O Capítulo 4 discute a exclusão de mulheres migrantes jovens do acesso a serviços e redes de apoio voltados ao cuidado de seus filhos e filhas, bem como os impactos desse cenário sobre sua saúde e bem-estar. Destaca-se que a falta de suporte para o cuidado infantil amplia a sobrecarga de responsabilidades domésticas e familiares, dificultando a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e comprometendo sua saúde física e mental. O capítulo evidencia ainda como as desigualdades de gênero são reproduzidas e aprofundadas em contextos migratórios, demandando políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades específicas das mulheres migrantes2.

O Capítulo 5 do documento² discute a exclusão urbana de pessoas migrantes em situação de rua na cidade de Tijuana, na fronteira entre México e EUA, a partir de uma pesquisa de campo realizada no início de 2026. As evidências coletadas apontam que as necessidades de saúde vão além do atendimento médico, envolvendo insegurança alimentar, falta de acesso a produtos de higiene, saúde mental, uso de drogas e violência. Algumas características importantes que acentuam vulnerabilidades foram identificadas entre os grupos de pessoas migrantes, como a presença de crianças e adolescentes e pessoas LGBT. O estudo realizado concluiu que a contenção de fronteiras aprofunda as barreiras estruturais de acesso à saúde e a segregação territorial. Diante disso, as organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental na atenção humanitária, destacando-se a necessidade da formulação e implementação de políticas públicas com enfoque em direitos humanos, saúde e direito à cidade.

No sexto capítulo², é apresentado o resultado de um estudo dos registros administrativos da Unidade de Política Migratória, Registro e Identidade de Pessoas sobre a devolução de pessoas mexicanas dos Estados Unidos entre 2020 e 2024, analisando o retorno de pessoas adultas e seu acesso a serviços de saúde. O enfoque no grupo de pessoas adultas é

fundamental devido às condições relacionadas ao envelhecimento e a maior prevalência de doenças crônicas, alterando as necessidades de cuidados em saúde. A análise concluiu que a maioria das pessoas não recebeu serviços de saúde durante o período observado, e entre aqueles que utilizaram os serviços, predominam a atenção médica básica e os primeiros socorros, evidenciando obstáculos para acesso efetivo ao sistema de saúde.

O capítulo 7 analisa as condições de saúde de pessoas adultas maiores em contextos de mobilidade forçada no México, considerando três grupos: migrantes de retorno, pessoas deslocadas em razão da violência e indivíduos que precisaram deixar seus locais de residência devido a fenômenos climáticos. A pesquisa evidencia como essas experiências podem aprofundar vulnerabilidades acumuladas ao longo da vida, especialmente em razão da fragmentação das redes de apoio, da precariedade socioeconômica e das dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Entre os 250 participantes, 61% apresentavam critérios de fragilidade física, 35% tinham algum grau de deterioração cognitiva e 45% enfrentavam insegurança alimentar. Também foram identificados problemas importantes de saúde mental, com 18% dos entrevistados relatando ideação suicida nos 30 dias anteriores à pesquisa. Os resultados variam conforme a modalidade de deslocamento, sendo a violência associada a maiores níveis de sofrimento psicológico e estresse pós-traumático, enquanto o deslocamento climático apresentou maior relação com a insegurança alimentar. Os autores destacam, ainda, a insuficiência dos mecanismos institucionais de proteção social e atenção à saúde, apontando a necessidade de políticas que considerem as especificidades do envelhecimento em contextos de mobilidade. [2]

O capítulo 8 apresenta a experiência do Programa Bilateral de acesso aos serviços de saúde, desenvolvido entre México e Estados Unidos para ampliar a assistência médica às comunidades migrantes na Califórnia. A iniciativa, fundamentada na legislação AB 1045, aprovada em 2002, possibilitou a contratação de médicos mexicanos para atuar em clínicas comunitárias, especialmente em regiões com elevada concentração de trabalhadores agrícolas e população hispânica. A proposta buscou enfrentar barreiras linguísticas e culturais que dificultam o acesso aos serviços de saúde, além de promover o intercâmbio de experiências entre profissionais dos dois países. A avaliação do programa, concluída em 2024 pela Universidade da Califórnia em Davis e pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), identificou resultados positivos: 75% dos pacientes relataram atendimento por médicos que falavam espanhol, enquanto a utilização de intérpretes diminuiu de 61% para 24% entre 2021 e 2024. Também foram observados elevados níveis de satisfação dos usuários e melhorias no acompanhamento de pacientes com diabetes. Diante dos resultados, a Califórnia aprovou, em setembro de 2024, a lei AB 2860, que prorrogou o programa até 2044 e ampliou as possibilidades de contratação de profissionais. Entretanto, sua expansão prevista para 2026 enfrenta obstáculos relacionados às exigências migratórias e à emissão de vistos de trabalho.[2]

Referências

1. GAZETANEWS. Grávidas relatam abortos e negligência médica em centros de detenção da imigração nos EUA, denunciam entidades. Gazeta News, out. 2025. Disponível em:https://www.gazetanews.com/imigracao/2025/10/506190-gravidas-relatam-abortos-e-negligencia-medica-em-centros-de-detencao-da-imigracao-nos-eua-denunciam-entidades.html

2. MIGRATION AND HEALTH. Envejecer en contextos de movilidad forzada en México: dependencia funcional, deterioro grave de la salud mental y exclusión sanitaria como expresiones de una violencia estructural acumulada. Migración y Salud / Migration and Health, ano 8, n. 8, p. 77-95, 2026. Disponível em:https://www.gob.mx/conapo/documentos/migracion-y-salud-migration-and-health-edicion-2026